

Como citar o artigo:

SILVA, C. A.; SILVA, L. de S; BRITO, A. K. R; SOUZA, M. G; LIMA, A. M. de A. Conceito introdutório sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 6, n.15, p. 195-205, 2020. Doi: <http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2020v6i15p195-205>.

CONCEITO INTRODUTÓRIO SOBRE SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO* SUSTENTÁVEL

Carlos Augusto da Silva¹

Luciano de Souza Silva²

Ane Karoline Rosas Brito³

Maíra Gomes de Souza⁴

Angela Maria de Araújo Lima⁵

Resumo: O presente texto tem por base fazer uma breve descrição histórica sobre os eventos que ocorreram no sentido de elaborar propostas para serem difundidas entre os países membros das Nações Unidas, sobre uso racional dos recursos naturais, viáveis as populações presentes e que -, seja satisfatória às populações futuras a sustentabilidade. A dinâmica dos sabres das populações da Amazônia Central, quando ao tratamento dos recursos naturais é implacável. A história de interação do homem ao meio ambiente vem de longos milênios na região. Entretanto, o modelo de desenvolvimento foi terrível, pois, em pouco tempo, veio o esgotamento de algumas jazidas nos ambientes dos países industrializados europeus. Assim, novas áreas foram cogitadas, isto é, foi à parte Sul do Atlântico, o Novo Mundo, onde os recursos naturais e o homem foram gradativamente inseridos ao capital natural e econômico dos países do Norte a Europa. Nesse sentido, do uso em escala exponencial dos recursos, associado às transferências das populações

* Anais do Seminário Internacional em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, v. 5. Manaus: EDUA. 2018. ISSN 2178-3500

¹ Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia (Ufam), voluntário do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e dos Laboratórios de Arqueologia e Socioambiental-Ufam, Bolsista do TCE-AM: casilva@ufam.edu.br

² Bacharel em Arqueologia pela UNIVASF e Mestre em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UFPE. Vínculo institucional: Arqueólogo do Setor de Arqueologia do Museu Câmara Cascudo, da UFRN. Colaborador do Museu Amazônico: lucianoarque@yahoo.com.br

³ Bacharel em Turismo pela FAMETRO - Faculdade Metropolitana de Manaus. Colaboradora do Núcleo de Socioeconomia da Faculdade de Ciências Agrárias da Ufam.

⁴ Graduada em Pedagogia pela Universidade – UNINORTE. Professora Formadora da Escola da Terra da Faculdade de Educação-FACED-UFAM.

⁵ Graduada em Arqueóloga pela Universidade do Estado do Amazonas –UEA (2013), angelamariaaraujodelima@hotmail.com

humanas de áreas rurais, para zonas urbanas, ou seja, processo de migrações promoveu profundas mudanças nos três grandes ecossistemas do planeta terra, são eles: terrestre, aquático e atmosférico. O exagero de uso causou à escassez dos recursos, além dos eventos climáticos, (tsunamis, furações, enchente, secas, etc.) que desestabilizaram centenas e milhares de pessoas no mundo. Nesse sentido, as Nações Unidas, a partir do final dos anos de 1960, a alçaram a necessidade, que os países desenvolvidos contribuíssem para estabilidade dos ecossistemas. Assim, a ONU – Organização das Nações Unidas semeia acordos sistêmicos, ou seja, às convenções normativas entre os países membros, no sentido de implantar o imaginário desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: adaptabilidade; agricultura familiar; na Amazônia Central.

Abstract: The present text is based on a brief historical description of the events that took place in the sense of elaborating proposals to be disseminated among the member countries of the United Nations, on the rational use of natural resources, viable the populations present and that - populations. The dynamics of the sabers of the populations of the Central Amazon, when the treatment of natural resources is relentless. The history of man's interaction with the environment comes from long millennia in the region. However, the development model was appalling, since, in a short time, there was the depletion of some deposits in the environments of the European industrialized countries. Thus, new areas were considered, that is, to the South Atlantic, the New World, where natural resources and man were gradually inserted into the natural and economic capital of the countries of the North to Europe. In this sense, the use of resources on an exponential scale, associated with the transfer of human populations from rural areas to urban areas, that is, the migration process has led to profound changes in the three major ecosystems of the planet Earth: terrestrial, aquatic and atmospheric. Exaggeration has led to scarce resources, as well as climatic events (tsunamis, hurricanes, floods, droughts, etc.) that have destabilized hundreds and thousands of people around the world. In this sense, the United Nations, since the late 1960s, has raised the need for developed countries to contribute to the stability of ecosystems. Thus, the United Nations - Nations Organization sows systemic agreements, that is, to the normative conventions among the member countries, in order to implant the imaginary sustainable development.

Keywords: Concepts; adaptability; family farming in Central Amazonia.

INTRODUÇÃO

Este tema é de extrema complexidade, pois, traça caminhos que ao longo das décadas veem sendo deliberado pelos países membros das Nações Unidas, de cujas diretrizes ou preocupações são uso racional dos recursos naturais existentes no planeta terra. Todavia, só a partir da primeira década dos anos de 1970, onde a (ONU) formalizaram eventos, no sentido de reparar o consumo exagerados do meio ambiente (recursos naturais), Enríques (2010, p. 15). O presente texto tem por base fazer uma

breve descrição histórica sobre os eventos que ocorreram no sentido de elaborar propostas para serem difundidas entre os países membros das Nações Unidas, sobre uso racional dos recursos naturais, viáveis as populações presentes e que -, sejam satisfatórias às populações futuras a (sustentabilidade). E, a dinâmica dos sabres das populações da à Amazônia Central, quando ao tratamento dos recursos naturais.

1. A INTERAÇÃO ENTRE O HOMEM E O AMBIENTE

A história de interação do homem ao meio ambiente vem de longos milênios. O manejo principalmente, na margem Norte do Atlântico, no (Velho Mundo), foi predominante predatório no que tange aos recursos naturais, Sirvinskas (2009, p.32). O uso em escala exponencial ocorreu com o alargamento do advento da Revolução Industrial, nas quais os recursos ou jazidas foram sacrificados em favor do desenvolvimento econômico Stahel (1995, p. 105). O modelo de desenvolvimento foi terrível, pois, em pouco tempo, veio o esgotamento de algumas jazidas nos ambientes dos países industrializados (europeus). Assim, novas áreas foram cogitadas, isto é, foi à parte Sul do Atlântico, o (Novo Mundo), onde os recursos naturais e o homem foram gradativamente inseridos ao capital natural e econômico dos países do Norte (Europa). A somatória dos recursos enriqueceu os estoques de recursos às nações colonialistas europeias. Todavia, às nações utilizaram os recursos sem, [...] “nenhuma consciência da necessidade de respeitar a natureza”, (SOARES, 2003, p. 15).

Nesse sentido, do uso em escala exponencial dos recursos, associado às transferências das populações humanas de áreas rurais, para zonas urbanas, ou seja, processo de (migrações), promoveu profundas mudanças nos três grandes ecossistemas do planeta terra, são eles: “terrestre, aquático e atmosférico” (SIRVINSKAS, p.5). As mudanças, gradativamente, contribuíram para sérios desequilíbrios no ambiente, - e as consequências são, hoje, visíveis nas cidades, vilas, comunidades que estão próximos dos mares, rios etc., nos continentes.

O exagero de uso causou à escassez dos recursos, além dos eventos climáticos, (tsunamis, furações, enchente, secas, etc.) que desestabilizaram centenas e milhares de pessoas no mundo. Nesse sentido, as Nações Unidas, a partir do final dos anos de 1960, a alçaram a necessidade, que os países desenvolvidos contribuíssem para estabilidade dos ecossistemas. Assim, a (ONU – Organização das Nações Unidas), semeia acordos

sistêmicos, ou seja, às (convenções normativas) entre os países membros, no sentido de implantar o imaginário *desenvolvimento sustentável*.

Na sequência os apontamentos das convenções que deram o início ao “conceito de desenvolvimento sustentável” (BRUSEKE, p. 34), no qual a semântica, pleiteia o uso dos ecossistemas sustentáveis, isto é, consumir os recursos naturais, mas, com precaução e segurança dos bens culturais, para que, as futuras gerações tenham os mesmos direitos de presenciar e usufruir dos “patrimônios naturais e culturais” (SOARES, 2003, p.153) e dos “patrimônios genéticos” (SIRVINSKAS, p. 503).

Os patrimônios naturais e culturais são na verdade -, os monumentos físicos, que são: as obras da natureza e do homem, tais como: (da natureza, as cavernas, as cachoeiras, as paisagens, as florestas, os rios, os peixes, etc.) e do (homem, os sítios arqueológicos, as edificações antigas, modernas e contemporâneas, etc.). Porém, antes de adentrar propriamente ditas nas convenções ambientais, vale destacar a atuação do gênero beiradino (homem/mulher) da Amazônia Central, com uma espécie de prática pedagogia do tempo. O tempo de cheia e de seca dos rios, onde o marcador do tempo, o (relógio) são os concertos (cantos) das aves que migram nas duas estações (cheia e seca) nos ecossistemas de várzeas e terras firmes nas quais são realizadas atividades produtivas (agricultura familiar, pescarias, extração de açaí, bacaba, etc.).

Os patrimônios existentes na Amazônia Central (Genético e Cultural), a pesar da degradação ambiental ao longo dos últimos cinco séculos de ocupação dos colonizadores, vêm resistindo pressões de magnitudes brutais, porém, a intervenção das populações humanas contemporâneas que interagem as margens dos rios, lagos, furos, nas florestas distantes dos grandes rios da região.

Caminhos deliberativos sobre o conceito de desenvolvimento sustentável

A trilha em busca do conceito de Desenvolvimento Sustentável, na verdade, a pilastra começa por meio de discussão a partir do “Clube de Roma” (BRUSEKE, 1995, p. 29). Em 1972, a reunião de Estocolmo de especialistas nas questões ambientais e de economistas renomados expõem os problemas sobre os modelos econômicos advindo do modelo pós-revolução industrial, que se apresentava como uma moeda frente aos recursos naturais.

Nesse sentido, a comissão mundial regida pela (ONU), publicou o Relatório Brundtland, criando a expressão “Desenvolvimento Sustentável” (BRUSEKE, 1995, p. 33). O relatório discorria sob as diretrizes que os países desenvolvidos e em

desenvolvimentos teriam de seguir metas socioeconômicas e ecológicas benéfico às gerações presente, além de promover às seguridades para as populações futuras, assim, o enunciado do relatório ficou referendado de: *o nosso futuro comum*, de cujas linhas mestras sinalizam as diretrizes que os países parceiros deveriam se comprometer com as seguridades, social, econômica e ecológica. Na tabela 1 listaram-se sumariamente as diretrizes do relatório.

Tabela 1: Metas referenda no Relatório Brundtland (1987).

Ordem	Ações	Características
01	Desacelerar índices de natalidade.	Diminuir a pressão aos recursos naturais, não renováveis.
02	A seguridade à alimentação por tempo indeterminado.	A distribuição de renda igualitária entre as populações do norte e do sul (1º 2º e 3º mundo).
03	A manutenção da biodiversidade dos ecossistemas da terra.	Os países parceiros elaborar planos para a preservação de áreas biológicas, (REBIO, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, etc.).
04	A diminuição de demanda de energia.	Projetos para produzir energia renovavam.
05	Crescimento industrial nos países em desenvolvimento.	Projetos de cunhos ecológicos.
06	Encurtar a proliferação urbana.	Visibilidade entre áreas urbanas e rurais (contato).
07	Presença de políticas pública básicas. E, metas as instituições em níveis nacionais e internacionais.	Acesso à escola, transportes, saúde, lazer, etc.
08	As diretrizes tem que ser direcionados ao desenvolvimento Sustentável pelas instituições parceiras do programa.	As organizações devem promover procedimentos salutareos à sustentabilidade.
09	Os países membros do programa devem proteger os ecossistemas Antártico, oceanos etc.	Os ecossistemas polares e oceanos são objetos de preservações em níveis nacionais e internacionais.
10	As guerras devem ser definitivamente abolidas.	Espaços democráticos deve ser atributo entre os países membros.
11	As Nações Unidas devem viabilizar o desenvolvimento sustentável.	O programa de sustentabilidade horizontal entre os pais do norte e sul.

Fonte: Bruseke (1995, p. 33). **Elaboração:** Carlos Augusto da Silva, mar., 2014.

Os itens assinalados na tabela 1 -, foi um esboço traçado pela comissão a (ONU) que minutava as metas do programa que os países desenvolvidos em desenvolvimento deveriam proceder, no sentido de conhecer e preservar os ecossistemas que ainda apresentavam grandes demandas de recursos. Além, também de indicar procedimentos quanto ao mote que as nações procederiam quanto ao desenvolvimento sustentável de potencial energético, no qual pleiteava técnicas eminentemente ecológicas. No entanto, as metas teriam validade ou repulsadas, pois, após 20 (vinte) anos, outra reunião foi lançada para traçar novas metas e se as metas de 1972 foram salutareos ao meio ambiente

e as questões de sustentabilidade as populações humanas foram almeçadas. Assim, em 1992, no Brasil, ocorreu a Cúpula da Terra, ou a *Rio-92 ou ECO-92*.

A Cúpula da Terra – Rio-92 ou ECO-92

Em 1992, o Brasil recém-libertado das garras do governo militar que perdurou de 1967 a 1985. E, em 02 de outubro de 1992, o presidente Fernando Collor de Melo, primeiro presidente eleito pós-ditadura militar. Todavia, por acusações de corrupção foi lhe aplicado o impedimento (impeachment), assumindo a chefia de governo, o Vice-Presidente Itamar Franco.

Mas, os preparativos para recepcionar o vento vinham sendo viabilizado por bom tempo, pois, o presidente Fernando Collor de Melo, fez uma espécie de mudança da capital do Brasil, isto é, em junho de 1992, a cidade do Rio de Janeiro foi o centro das atenções, não só pelas questões administrativas como também para a segurança dos chefes de governos que se fizeram presente no evento.

A ECO-92 foi um marco conceitual para o desenvolvimento sustentável, o evento organizado pelo (ONU- Organização das Nações Unidas) e pelas instituições do Estado Brasileiro, conseguiram postular novos procedimentos, quanto as questões sociais, ambientais e ratificar algumas das cláusulas inferidos na reunião de Estocolmo em 1972. No evento estiveram presentes “delegados de 172 países e 108 chefes de Estados” (BRASIL, 2012, p. 2), além de centenas de representantes de entidades não governamentais (ONGS) e jornalistas de toda parte do mundo.

As ações retiradas durante as reuniões foram: 1) A convenção sobre as questões climáticas; 2) A convenção sobre as diversidades biológicas; 3) As questões de preservações das florestas; 4) A convenção sobre o meio ambiente e o desenvolvimento; 5) A criação da à Agenda 21. (Ministério do Meio Ambiente, 2012, p. 4), as convenções deliberam 27(vinte e sete) princípios ou guia que os países deverão seguir. Na tabela 2 listaram-se as características cabíveis sobre as ações que os Estados e a sociedade civil possam seguir a partir da à Agenda 21.

Tabela 2: As súmulas dos 27 princípios da Eco-92 para o mundo.

Ordem	Princípios	Características
01	O homem deverá ter atenção primordial quanto à necessidade de vida profícua.	O uso racional dos recursos naturais de tal forma que esteja em consonância à natureza.
02	O uso dos recursos naturais em conformidades as políticas dos Estados Nacionais.	A utilização dos recursos deve ter padrões, que não interfira em outros Estados, ou em limites internacionais.

03	O desenvolvimento deverá ser prático e sociável.	A utilização dos recursos será controlável, sem, contudo prejudicar as futuras gerações.
04	O desenvolvimento sustentável terá caráter social e democrático.	A proteção ambiental tem que ser socializada pelas instituições públicas e privada.
05	Ações associativas para melhorar as condições de vidas em níveis nacionais e internacionais.	As instituições públicas e a sociedade civil em níveis nacionais e internacionais devem sem empenhar na promoção de padrões de vidas dignas.
06	Prioridades aos países em desenvolvimento.	O desenvolvimento tem que atingir todos os Estados em nível mundial.
07	A cooperação dos Estados Desenvolvidos, para melhorar as condições dos ecossistemas em nível internacional.	Deliberar que os países desenvolvidos se comprometam para o melhoramento do meio ambiente.
08	O uso insustentável dos recursos.	A promoção de políticas demográficas.
09	A cooperação técnica entre os Estados.	As tecnologias ecológicas deverão ser socializadas no sentido de preservar o meio ambiente.
10	As informações democráticas quanto à preservação do meio ambiente.	As sociedades públicas e civis deram seguir trilhas para estimular a conscientização do uso do meio ambiente.
11	Os Estados promoverão políticas ambientais distintas e sociáveis.	As normas deverão a atender as questões ambientais.
12	A cooperação econômica em níveis internacionais.	O crescimento econômico deverá ser linear.
13	A penalidade promovida pelos Estados contra a poluição e outra agressão ao ambiente.	O direito internacional quando houver a degradação ambiental fora do território de determinado país.
14	A cooperação quando houver a poluição por substância no ambiente.	A cooperação dos Estados quanto à prevenção à saúde humana.
15	As prevenções ao ambiente deverão ser amplamente de interesse dos Estados.	Em caso de dúvida sobre qualquer atividade ao meio ambiente. Este não será realizado.
16	As instituições públicas deverão informar aos internacionalizar os custos ambientais.	As entidades poluidoras têm de arcar com os custos.
17	Impacto ao ambiente é tarefa dos Estados.	Deverá haver autoridades no assunto quanto ao estudo de impacto.
18	A cooperação em casos de desastres naturais.	Os Estados se juntaram para amenizar quaisquer impactos naturais em outros Estados.
19	As atividades impactantes em zona de fronteiras. Os Estados notificaram as atividades potencialmente impactantes.	As diplomacias serão as âncoras da “boa fé”.
20	O gênero feminino terá papel fundamental na preservação do ambiente.	A importância para sustentabilidade.
21	Os jovens serão peça fundamental para o desenvolvimento por meio de criatividade.	O futuro depende de esforços de todos.
22	As comunidades indígenas, tradicionais e outras tem papel fundamental na conservação ambiental.	Os Estados deverão assegurar por meio de políticas públicas para o alcance do desenvolvimento sustentável.
23	A proteção ao meio ambiente é tarefa das esferas sociais.	A proteção a todo custo aos ambientes aos povos nele submetido. (Unidades de Conservação, etc.).
24	A guerra é evento prejudicial ao ambiente. Os Estados deverão por conseguida respeitar o direito internacional.	Em tempo de guerra os Estados em comum acordo se juntarão para a promoção do desenvolvimento sustentável.

25	A proteção ao ambiente é indissociável.	A visibilidade ao ambiente é promover à segurança a paz etc.
26	Os Estados serão os árbitros quanto à proteção ambiental.	A Organização das Nações Unidas (ONU) é promoverá a conservação do meio ambiente.
27	Os Estados e entidades públicas e civis serão responsáveis por esta “Declaração”.	O campo do desenvolvimento Internacional e sustentáveis são providos de âncoras democráticas.

Fonte: Ministério do Meio Ambiente, Brasil. Disponível em:<www.mma.gov.br>. Acesso em: mar., 2014. **Organizado por:** Carlos Augusto da Silva.

Os vinte e sete princípios da Rio-92, deliberados pela (ONU – organização das Nações Unidas), no que tange a prevenção do meio ambiente, alguns deles já estavam inseridos pela Política Nacional do Meio Ambiente no Brasil, Sirvinskas (2009, p.133). O sistema foi fundamentado pela lei de nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. A lei instituiu o (SISNAMA) que instituiu órgãos básicos para institucionalizar as diretrizes e princípios instituídos pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 225.

A Política Nacional do Meio Ambiente, também instituiu 10 (dez) princípios básicos fundamentados nos princípios de conservação e manutenção dos ecossistemas brasileiros. O décimo princípio, trata exclusivamente sobre a Educação Ambiental, cujos objetivos de instruir o cidadão em todos os níveis de ensino, no diz respeito ao art. 225 § 1º, na “defesa do meio ambiente” (SIRVINSKAS, 2009, p. 136). A seguir breve descrição do processo de sustentabilidades ou de saberes que são gestados pelas populações humanas que habitam as margens dos rios na Amazônia Central.

Saberes ou Sustentabilidade humana na Amazônia Central

Desde a primeira expedição colonizadora que desceu o Rio Amazonas, no qual fez relevantes apontamentos de processo de ocupações dos espaços pelas populações indígenas que habitavam as margens dos rios desde faz do rio Napo e áreas adjacentes do rio Solimões-Amazonas, Carvajal (1941, p. 12). As áreas ocupadas tratam-se dos ecossistemas de várzeas e de terras firmes, Fonseca (2011, p. 54). Nessas áreas, além de haver sequências de habitações adaptáveis ao ambiente, Moran (1990, p. 26), também havia variedades de cultivos agrícolas que foram ofertados ou surrupiados pelos expedicionários.

Os cultivos agrícolas realizados pelas famílias indígenas, caboclo-ribeirinhas ou tradicionais, Fraxe (2010, p.56) residentes nas margens dos rios da região tradicionalmente, chamados pelas populações de “plantios ou cultivos de várzeas” vem de logo período, de cujo modelo possivelmente, vem das sociedades pré-colombianas. Às

várzeas tem grande potencial de produção agrícola. As plantações ocorrem em conformidades com a descida d'águas, geralmente, a partir do final do mês de julho e até dias de setembro. E, nos meses de novembro a fevereiro, inicia o processo de colheitas.

As plantadas cultivadas nas “praias”, “estirões” ou nas curvas dos rios. Esses espaços de aluviões, Fonseca (2011, p.140). São na verdade, grandes filetes de solo, que divide a várzea da terra firme ao longo dos rios. Neles, são plantadas variedades de espécies tais como: maxixe, jerimuns, feijão de praias conhecidos de “quarenta dias de coloração arroxeadado e branco”, melão, melancia, milho, manivas de onde são retiradas a macaxeira e a mandioca amarga, tomates, pimenta, doce, cebolinhas, cheiro-verde, couve, chicórias, etc.

Essas culturas são adicionadas nas dietas limitares das famílias consorciadas às variedades de espécies de peixes, dentre elas: pacu, matrinchã, aruanã, diversas espécies de carás, pirapitinga, diversas espécies de aracus, acari bodó, branquinha, traíra, pirarara, surubim, caparari, etc. As espécies são pescadas na entressafra de piracemas, porém no período defeso os exemplares são conservados em lagos, paranás, rios da região. E, o que não são destinados à dieta alimentar da de peixes ou os produtos da agricultura familiar Noda (2007, p.56), são destinados às vilas e cidades próximos das comunidades.

A sobra ou excedente de produtos, isto é, os produtos agrícolas, farinhas de mandioca, piracuí (farinha de peixe), melancias, jerimuns, etc., são transportadas em barcos conhecidos como o “motor de linha” ou em pequenas canoas, movida a motor rabeta. As figuras 3 e 4 configuram ou corroboram ao sistema de adaptabilidades e sustentabilidades das populações da Amazônia Central no (Estado do Amazonas), que a cada ano nutrem as vidas humanas e da biodiversidade na região.

Figura 3: Barco Regional ou o motor de linha, recebendo carga de produtos da várzea, (banana, melancia, jerimum).



Foto: Carlos Augusto da Silva, fev., 2012.

Figura 4: Edificação indígena (maloca) residência típica de adaptação e sustentabilidade na região.



Foto: Carlos Augusto da Silva, fev., 2012.

As figuras são uma espécie de janela de como as populações ao longo de anos vem interagindo com a subida e descidas d'águas na região. À água, a terra e a floresta funcionam como uma poupança, pois, a cada mergulho a cada seis meses que fica submersa se regenera. E, as famílias de agricultores, as horas de trabalho são também por cerca de seis meses. A outra parte do ano as famílias realizam outras atividades, um exemplo, são os roçados do centro que ficam nas áreas de terra firme.

Assim, para quem visita uma residência de produtor familiar, a avaliar que o sistema de produção agrícola só realizado em áreas de várzeas, mas, na verdade são realizados em dois planos. Assim, as famílias que planejam as produções agrícolas têm o ano todas as espécies. Pois, quase que a maioria das roças do centro é cultivada em área de solo de terra preta. O solo de terra preta tem alto potencial agrícola, assim, no solo são produzidos milho, mamão, maxixe, quiabos, etc.

Portanto, pode-se a avaliar que as famílias de agricultura conseguiram ao longo de anos atividades sustentáveis, pois, tanto nas áreas de várzeas e de terras firmes, nas quais elaboram engenhoso sistema de produção, que garante uma dieta alimenta salutar em círculo, ou seja, o ano inteiro, com a abundância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar conceito é complexo, pois, nem sempre os conceitos atingem as metas previamente introduzidas no sentido de aspirar ou certificar determinado tema. No que tange ao cansado e debatido “desenvolvimento sustentável”, (SIRVINSKAS, 2009, p. 383), nas quais as convenções deliberadas pela (ONU-Organização das nações Unidas) que colocara à luz os problemas ambientais do planeta terra. E, umas séries de princípios

que os países desenvolvidos e em desenvolvimento com as obrigações de contribuir para preservar o meio ambiente.

O Brasil, a partir de 1981, outorgou a Política Nacional do Meio Ambiente, gestada hoje, pelo Ministério do Meio Ambiente. No Estado do Amazonas, a agricultura familiar Noda, (2007, p. 54-56). Há décadas vêm realizando atividades agrícolas sem, contudo, degradar o ambiente. E, pela circunstância de percurso, conforme assinalados nos princípios das convenções sobre o desenvolvimento sustentável. As famílias vêm realizando a sustentabilidade por meio de atividades de baixos índices de impactos, porém sempre há a ausência do poder público junto aos fatores de agricultura familiar. É que se tem identificados às margens dos rios ao longo de 40 anos na região.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: < www.gov.br>. Acesso em: mar., 2014.

BRUSEKE, Franz Josef. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. In: Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. (Org.) CAVALCANTE, Clóvis. São Paulo: Cortez, Recife, PE. Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

CARVAJAL, Gaspar de. **Descobrimento do Rio de Orellana**. São Paulo/Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1941. (trecho entre o rio Negro e Tapajós).

ENRÍQUEZ, Maria Amélia. **Trajetórias do desenvolvimento: da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

FRAXE, Terezinha de J. P. **Cultura Caboclo-Ribeirinha: Mitos, lendas e transculturalidade**. 2.^a edição, São Paulo: Annablume, 2010.

FONSECA, Ozorio J.M. **Pensando a Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2011.

MORAN, Emilio F. **A Ecologia Humana das Populações da Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

NODA, Sandra do Nascimento. **Agricultura Familiar na Amazônia das Águas**. (Org.). Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manuela de Direito Ambiental**. 7^a ed., rev. atual e ampl. São Paulo: Saraiva, 2009.

SOARES, Fernando Silva. **A Proteção Internacional do Meio Ambiente**. Barueri, São Paulo: Manoel, 2003.

STAHEL, Andri Wener. **Capitalismo e entropia: Os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis**. In: (Org.) CAVALCANTE, Clóvis. São Paulo: Cortez, Recife, PE. Fundação Joaquim Nabuco, 1995.